ASSINADO DIGITALMENTE
RIO GRANDE ARTES GRAFICAS LTDA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

USINA UBERABA

USINA UBERABA S.A.

CNPJ n° 07.674.341/0001-91

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Usina Uberaba S.A., relativos aos exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e auditadas por auditores independentes. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para as informações que se tornarem necessárias relativamente às contas apresentadas. Uberaba, 25 de junho de 2025. **Administração**

Balanços patrimoniais 31 de março de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	31/03/2025	31/03/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	285.744	229.640
Contas a receber - Clientes	7	7.700	7.861
Contas a receber - Cooperativa	8	60.284	1.357
Estoques	9	29.409	21.137
Ativo biológico	10	95.258	91.470
Adiantamentos a fornecedores	11	50.616	37.823
Impostos a recuperar	12a	16.647	28.960
Imposto de renda e contribuição social saldo negativo	12b	28.318	140.604
Demais ativos		4.369	853
		578.345	559.705
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber - Cooperativa	8	30	2.066
Impostos a recuperar	12a	11.931	12.274
Depósitos judiciais	13	19.730	14.190
		31.691	28.530
Investimentos	16	162.782	150.873
Imobilizado	17	718.865	672.813
Intangível		627	429
Direito de uso de arrendamento	21	22.057	–
		936.022	852.645
Total do ativo		1.514.367	1.412.350

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/03/2025	31/03/2024
Circulante			
Fornecedores	18	106.570	53.755
Empréstimos e financiamentos	19a	61.432	69.838
Passivo de arrendamento	21	3.817	–
Impostos e contribuições a recolher	20	6.413	3.187
Imposto de renda e contribuição social a recolher		7.479	–
Salários e encargos sociais a pagar		18.096	16.925
Demais passivos	22	6.279	7.380
		210.086	151.085
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	19a	186.325	215.139
Financiamentos - Cooperativa	19b	2.806	3.462
Passivo de arrendamento	21	15.995	–
Impostos e contribuições a recolher	20	16.707	11.575
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	43.289	46.992
Provisão para contingências	23	914	914
		266.036	278.082
Total do passivo		476.122	429.167
Patrimônio líquido	26		
Capital social		763.855	616.759
Reserva legal		53.526	49.483
Reserva de incentivos fiscais		144.460	144.460
Resultado a deliberar		76.404	172.481
Total do patrimônio líquido		1.038.245	983.183
Total do passivo e patrimônio líquido		1.514.367	1.412.350

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/03/2025	31/03/2024
Receita operacional líquida	27	785.545	761.806
Custo dos produtos vendidos	28	(639.031)	(574.835)
Valor justo do ativo biológico	10	(12.875)	6.075
Lucro bruto		133.639	193.046
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	29	(24.737)	(27.220)
Administrativas e gerais	29	(41.256)	(29.574)
Outras receitas operacionais, líquidas	30	3.943	15.575
Resultado da equivalência patrimonial em controladas	16	12.660	(4.040)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		84.249	147.787
Receitas financeiras	31	44.038	35.271
Despesas financeiras	31	(31.311)	(33.845)
Variação cambial, líquida	31	(4)	–
Resultado financeiro líquido	31	12.723	1.426
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		96.972	149.213
Imposto de renda e contribuição social correntes		(19.824)	54.418
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	3.703	(2.055)
Lucro líquido do exercício		80.851	201.576
Quantidade de ações - em milhares		113.591	113.591
Lucro básico e diluído por ação - R$		0,71	1,77

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro líquido do exercício	80.851	201.576
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	80.851	201.576

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/03/2025	31/03/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		96.972	149.213
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		144.057	119.723
Juros e variações cambiais provisionados	15	30.784	33.420
Mensuração no valor justo de ativos biológicos	10	12.875	(6.075)
Reconhecimento estoque Cbios	30	8.291	–
Diminuição do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar	10	91.470	93.431
Resultado na baixa de ativo imobilizado	30	(2.650)	(1.810)
Resultado da equivalência patrimonial em controladas	16	(12.660)	4.040
Depreciação direito de uso de arrendamento	21	3.121	–
Provisão parte crédito presumido ICMS	22	–	5.690
Receita de dividendos mensurados ao custo	30	(149)	(41)
Ganho por variação patrimonial de investida	30	(7.347)	(16.319)
Variação de ativos e passivos			
Contas a receber		(56.730)	41.619
Estoques		(16.562)	(4.958)
Impostos a recuperar		99.053	4.500
Adiantamentos a fornecedores		(12.214)	7.658
Demais ativos		(3.516)	(358)
Depósitos judiciais		(5.540)	(4.373)
Fornecedores		52.815	(25.431)
Salários e contribuições sociais		1.171	2.112
Impostos e contribuições a recolher		30.666	4.241
Demais passivos		(495)	(2.837)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		453.412	403.445
Juros pagos	15	(24.246)	(28.577)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.764)	(42.626)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		420.402	332.242
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativos biológicos	10	(108.133)	(85.395)
Aquisição de investimentos		(62)	(30.034)
Aquisição de intangível		(668)	(560)
Aquisição de imobilizado	17	(190.731)	(134.588)
Recebimento de dividendos		8.308	19.028
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	30	3.163	3.861
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(288.123)	(227.688)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de arrendamento	15	(6.631)	–
Empréstimos e financiamentos bancários tomados	15	20.461	40.516
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	15	(63.610)	(59.488)
Pagamento de dividendos		(26.395)	(54.865)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(76.175)	(73.837)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa, líquido		56.104	30.717
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		229.640	198.923
No fim do exercício	6	285.744	229.640
		56.104	30.717

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Lucros a deliberar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2023	574.343	39.404	75.362	147.462	–	836.571
Aumento de capital social (Nota 26a)	42.416	–	–	(42.416)	–	–
Distribuição de dividendos (Nota 26c)	–	–	–	(53.956)	–	(53.956)
Constituição de Reserva Incentivos Fiscais (Nota 26b)	–	–	69.098	–	(69.098)	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	201.576	201.576
Destinações:						
Reserva legal (Nota 26b)	–	10.079	–	–	(10.079)	–
Dividendos obrigatórios (Nota 26c)	–	–	–	–	(1.008)	(1.008)
A deliberar em Assembleia Geral	–	–	–	121.391	(121.391)	–
Saldos em 31 de março de 2024	616.759	49.483	144.460	172.481	–	983.183
Aumento de capital social (Nota 26a)	147.096	–	–	(147.096)	–	–
Distribuição de dividendos (Nota 26c)	–	–	–	(25.385)	–	(25.385)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	80.851	80.851
Destinações:						
Reserva legal (Nota 26b)	–	4.043	–	–	(4.043)	–
Dividendos obrigatórios (Nota 26c)	–	–	–	–	(404)	(404)
A deliberar em Assembleia Geral	–	–	–	76.404	(76.404)	–
Saldos em 31 de março de 2025	763.855	53.526	144.460	76.404	–	1.038.245

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/03/2025	31/03/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		96.972	149.213
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		144.057	119.723
Juros e variações cambiais provisionados	15	30.784	33.420
Mensuração no valor justo de ativos biológicos	10	12.875	(6.075)
Reconhecimento estoque Cbios	30	8.291	–
Diminuição do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar	10	91.470	93.431
Resultado na baixa de ativo imobilizado	30	(2.650)	(1.810)
Resultado da equivalência patrimonial em controladas	16	(12.660)	4.040
Depreciação direito de uso de arrendamento	21	3.121	–
Provisão parte crédito presumido ICMS	22	–	5.690
Receita de dividendos mensurados ao custo	30	(149)	(41)
Ganho por variação patrimonial de investida	30	(7.347)	(16.319)
Variação de ativos e passivos			
Contas a receber		(56.730)	41.619
Estoques		(16.562)	(4.958)
Impostos a recuperar		99.053	4.500
Adiantamentos a fornecedores		(12.214)	7.658
Demais ativos		(3.516)	(358)
Depósitos judiciais		(5.540)	(4.373)
Fornecedores		52.815	(25.431)
Salários e contribuições sociais		1.171	2.112
Impostos e contribuições a recolher		30.666	4.241
Demais passivos		(495)	(2.837)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		453.412	403.445
Juros pagos	15	(24.246)	(28.577)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.764)	(42.626)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		420.402	332.242
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativos biológicos	10	(108.133)	(85.395)
Aquisição de investimentos		(62)	(30.034)
Aquisição de intangível		(668)	(560)
Aquisição de imobilizado	17	(190.731)	(134.588)
Recebimento de dividendos		8.308	19.028
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	30	3.163	3.861
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(288.123)	(227.688)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de arrendamento	15	(6.631)	–
Empréstimos e financiamentos bancários tomados	15	20.461	40.516
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	15	(63.610)	(59.488)
Pagamento de dividendos		(26.395)	(54.865)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(76.175)	(73.837)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa, líquido		56.104	30.717
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		229.640	198.923
No fim do exercício	6	285.744	229.640
		56.104	30.717

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: 1.1. A Companhia: A Usina Uberaba S.A. ("Companhia"), com sede na Fazenda Uberaba, Rodovia Municipal 304, Km 2,5, cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, tem como atividade preponderante a fabricação de etanol. A Companhia é cooperada da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986. Aproximadamente 57% da cana-de-açúcar processada pela Companhia é própria, sendo cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola. **1.2. Investidas:** ***Uberaba Energia Ltda. - controlada:*** A Uberaba Energia Ltda., com sede na Fazenda Uberaba, tem como atividade a produção, consumo e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos os derivados provenientes da cogeração de energia elétrica produzida a partir de matéria prima adquirida ou consorciada de terceiros, tendo iniciado suas atividades comerciais em setembro de 2024. Desta forma a administração optou por não preparar e apresentar as demonstrações financeiras consolidadas, pois entende que o benefício da informação não superaria os custos de produzi-la e a falta dessa informação não prejudica a tomada de decisão pelos usuários das demonstrações financeiras da Companhia uma vez considerada a equivalência patrimonial. **1.3. Renovabio:** Instituído pela Lei n° 13.576/2017, o RENOVABIO é a Política Nacional de Biocombustíveis que tem como principal foco o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, objetivando o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transporte do país. Estes certificados (Cbios) deverão ser adquiridos pelas distribuidoras de combustíveis para comprovar o cumprimento de metas de redução de emissão de carbono. Estamos comercializando os certificados de descarbonização (Cbios), através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, registrando o valor negociado como receita operacional da Companhia, quando do reconhecimento do direito do PN66. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 25 de junho de 2025. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas na nota 3. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas; e • Os investimentos em coligadas e controladas avaliados por equivalência patrimonial. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R$ mil), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis materiais da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2.5. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 21** - Passivo de arrendamento: se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação/rescisão; **2.6. Principais estimativas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 3.4 (iii)** - Vida útil do ativo imobilizado; • **Nota 10** - Ativo biológico - O ativo biológico é mensurado ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos; • **Nota 14** - Ativos e passivos fiscais diferidos - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e • **Nota 23** - Provisão para contingências - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. ***(iii) Mensuração a valor justo:*** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2**: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3**:*inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 10** - Ativo biológico; e • **Nota 24** - Instrumentos financeiros. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.1. Investimentos em controladas:** Os investimentos em controlada são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A Administração optou por não efetuar e divulgar demonstrações financeiras consolidadas em função da imaterialidade dos saldos apresentados na consolidação. A Companhia possui controle sobre a Companhia, porém sua posição patrimonial e financeira não é relevante para fins de consolidação. **3.2. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. **3.3. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. ***(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento:*** Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(ii) Compensação de instrumentos financeiros:*** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(iii) Capital social:*** Ações ordinárias nominativas da Companhia são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. ***(iv) Dividendos:*** Os dividendos obrigatórios, conforme definidos no estatuto, são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido, deduzidas as reservas legais e o dividendo obrigatório será reconhecido como obrigação quando deliberado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas. Vide nota 26c. **3.4. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. A Companhia optou por não reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2010. A Administração da Companhia realizou um estudo sobre os benefícios da adoção do custo atribuído (*deemed cost*) e concluiu que esses benefícios não são superiores aos custos de adoção. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas / despesas operacionais no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados. Os gastos com manutenção agrícola e industrial, incorridos no período de entressafra são levados ao imobilizado para serem apropriados ao custo da produção de safras a ser obtida no decorrer das safras seguintes. ***(iii) Depreciação:*** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos e terra nua não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Edifícios e construções	26 anos
Máquinas, instalações e equipamentos	Entre 3 e 29 anos
Veículos	14 anos
Máquinas e implementos agrícolas	16 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Lavouras de cana-de-açúcar	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes recorrentes são como mudança de estimativas contábeis. **3.5. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida do estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte. **3.6. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor de realização líquida é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. O custo da cana-de-açúcar transferido dos ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte. O Cbios é caracterizado como um ativo, na sua essência, intangível, por não ter substância física, que decorre de eventos passados e gera um direito para a Companhias combinadas. O direito nasce como consequência de uma subvenção governamental, logo seu reconhecimento inicial é tratado dentro do escopo do Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, e seu reconhecimento inicial é através do valor justo, registrado na linha de outras receitas e despesas operacionais, líquidas (nota explicativa n° 30). Após a mensuração inicial, o Cbios, por ter sua origem derivada de operações e ser comercializado pelas Companhias combinadas, passa a ser tratado como estoque, e sua mensuração subsequente passa a ser o valor realizável líquido, conforme definido no CPC 16 - Estoques. Ao final do exercício a Companhia faz a comparação entre o custo de estoque do Cbios e o seu valor realizável líquido de mercado, e caso necessário, faz o registro de *impairment*. **3.7. Redução ao valor recuperável (***i***mpairment):** ***(i) Ativos financeiros:*** A Companhia avalia a cada data de apresentação se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras que não tenham ocorrido) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. ***(ii) Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa (UGC) for maior que seu recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado para o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2025 e 2024, a Companhia não identificou indicadores de que seus ativos estão registrados com valor acima do seu valor recuperável. As perdas de valor reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas para baixadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.8. Benefícios a empregados:** ***Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.9. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.10. Receita operacional:** ***(i) Venda de produtos - Etanol:*** As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício social, com rateio, efetuado de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 5 de setembro de 1986. ***(ii) Venda de produtos - cana-de-açúcar, bagaço de cana e levedura:*** A receita operacional da venda de bens é reconhecida no normal das atividades é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, que as obrigações de desempenho do contrato com clientes tenham sido cumpridas, que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento continuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. **3.11. Receita financeira e despesa financeira:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **3.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda) e 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados ao patrimônio líquido ou a outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto